

A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil

**Aline Cardoso Siqueira
Mariana Kraemer Betts
Débora Dalbosco Dell'Aglio¹**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar a percepção de adolescentes institucionalizados quanto à sua rede de apoio social e afetivo, tendo em vista as mudanças nos relacionamentos, decorrentes da situação de institucionalização. Participaram 35 adolescentes, com idade entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e o Mapa dos Cinco Campos, que permite avaliar estrutura e função da rede de apoio. Os resultados indicaram que a principal fonte de apoio foi representada pelos adultos, especialmente os familiares e os monitores dos abrigos, e que o principal tipo de apoio percebido foi o instrumental. Também foram observadas diferenças de sexo na percepção das redes de apoio, tendo as meninas mais contatos do que os meninos. Assim, discute-se a importância da família e do abrigo como fornecedores de apoio para estes adolescentes e a necessidade de políticas públicas de atendimento a esta população.

Palavras-chave: Adolescência; abrigo; rede de apoio social e afetivo.

The Social and Emotional Support Network of Institutionalized Adolescents in Southern Brazil

Abstract

The goal of this study was to examine the perception of social and emotional support network in institutionalized adolescents, considering the changes on relationships caused by the situation of institutionalization. The participants were 35 adolescents of both sexes, with age from 11 to 16 years. Five Field Map, which allows evaluating structure and function of the support network, and semi-structured interviews were used. The results indicate that the principal source of support was represented by adults, mainly relatives and shelter's employees, and the principal type of perceived support was instrumental. Sex differences on the perception of support network also were observed: girls reported more contacts than boys. Therefore, the importance of the family and the shelter as suppliers of support to these adolescents and the need of public policies of care for this population are discussed.

Keywords: Adolescence; shelter; social and emotional support network.

No Brasil, muitas famílias de nível socioeconômico desfavorecido vivenciam a problemática da institucionalização de suas crianças e adolescentes. Fatores de risco presentes na família, como violência doméstica, alcoolismo, doença mental dos pais, pobreza, entre outros, são apontados como influentes para o aumento da vulnerabilidade dos seus integrantes. Esses fatores podem contribuir para o ingresso de crianças e adolescentes em instituições de abrigo. Este movimento no espaço ecológico, chamado por Bronfenbrenner (1979/1996) de transição ecológica, do ambiente familiar para o abrigo, provoca inúmeras mudanças em suas vidas e nas suas redes de apoio social e afetivo.

O abrigamento é uma medida de proteção, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), utilizada sempre que os direitos desses estão sob ameaça ou são violados. Apesar do abrigo constituir-se uma medida provisória e excepcional (ECA, 1990), muitas crianças e adolescentes permanecem du-

rante muitos anos abrigados, sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas, ou de voltarem para suas famílias de origem. Por outro lado, Silva (2004) aponta que mais de 80% dos abrigados, em instituições que recebem auxílio financeiro do governo federal do Brasil, possuem família. Entretanto, o abrigo passa a constituir uma das mais importantes fontes de apoio para essas crianças e adolescentes, visto que, na maioria das vezes, os vínculos familiares ainda existentes são frágeis.

Rede de apoio social é definida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (Brito & Koller, 1999). O apoio social é considerado uma importante dimensão do desenvolvimento, constituindo uma interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele faz parte (Garmezy & Masten, 1994). O apoio afetivo é igualmente fundamental por ser responsável por imprimir qualidade às relações e contribuir para a manutenção dos vínculos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, o apoio social e afetivo está relacionado à percepção que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos, e com os recursos que esse lhe oferece, como proteção e força, frente a situações de risco que se apresentam (Brito & Koller, 1999).

¹ Endereço: Instituto de Psicologia, UFRGS. Ramiro Barcelos 2600, Porto Alegre, RS, Brasil, 90035-003. Fone: (51) 3316-5253. E-mail: dalbosco@cpovo.net Fax: +55 (51) 33165473.

Segundo Garmezy e Masten (1994), a rede de apoio contribui para o aumento da competência individual, que reforça a auto-imagem e a auto-eficácia necessárias para alcançar um objetivo.

A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996), sendo um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1987). Ela é dinâmica, construída e reconstruída em todas as fases da vida. O efeito protetivo que o apoio social oferece está relacionado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades, promovendo processos de resiliência e desenvolvimento adaptativo (Brito & Koller, 1999; Garmezy & Masten, 1994; Rutter, 1987). Todas as relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas, advindas dos diversos microssistemas nos quais transita, como família, amigos, escola, abrigo, entre outros, podem assumir o papel de fornecer apoio.

Para as crianças, a primeira rede de apoio social é a família. Ptacek (1996) indica que, entre os fatores determinantes da percepção de apoio social, a relação de apego com o cuidador primário é o componente mais crítico do desenvolvimento. Aquelas pessoas que têm uma relação de apego positiva tendem a acreditar que outras pessoas são confiáveis e mais capazes de oferecer ajuda. Ao longo do desenvolvimento, o mundo social da criança começa a expandir-se, a fim de incluir membros não pertencentes à família, como amigos e professores. Inicia-se a formação da rede de apoio social, baseada também, nas qualidades pessoais da criança, como responsividade e temperamento (Newcomb, 1990). Em situações de risco, a expectativa de apoio percebido e recebido dos pais reduz a angústia da criança (Hoppe, 1998). Assim, o apoio familiar traz resultados positivos para todos, sendo ainda mais importante para crianças e adolescentes que vivenciam níveis altos de estresse, advindos de famílias com problemas socioeconômicos.

Juntamente com a família, os amigos desempenham o papel de fonte de apoio, que está relacionado à manutenção do bem-estar ao longo do desenvolvimento. Eventos estressantes vivenciados com o apoio emocional dos amigos capacitam o indivíduo a desenvolver estratégias mais adaptativas. Essas relações afetivas, desenvolvidas com pares, são capazes de torná-lo mais eficaz, pois trazem consigo um conjunto de recursos pessoais e sociais que diluem os efeitos negativos das situações adversas (Brito & Koller, 1999).

Para as crianças e adolescentes que vivem em abrigos, as pessoas com as quais esses convivem passam a integrar as suas redes de apoio social e afetivo. A entrada nos abrigos proporciona um leque de relações novas, fazendo do abrigo o seu ambiente principal (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). É no abrigo que realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções e interagem, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, por

mais que os motivos de entrada estejam associados a conflitos e sofrimento, os abrigos podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, acolhendo-os e orientando-os num momento em que possivelmente não houvesse mais ninguém a quem recorrer (Arpini, 2003).

Entretanto, tanto a família e os amigos quanto o abrigo podem operar como fatores de risco. Famílias com muitos membros, com presença de doença mental, violência, alcoolismo, ou uso de outras substâncias não conseguirão se constituir em um ambiente saudável para seus membros, caracterizando-se como um ambiente de risco. Na adolescência, em especial, há um distanciamento progressivo dos filhos de seus pais e um direcionamento para as relações com grupos de pares, a fim de possibilitar a busca e a construção da identidade própria (Steinberg, 1993). No entanto, se o grupo apresentar comportamentos desadaptativos, como delinquência e abuso de substâncias, poderá expor o adolescente a situações de risco, nas quais suas habilidades serão desafiadas, aumentando a sua vulnerabilidade (Brito & Koller, 1999). Quanto aos abrigos, esses também podem representar um risco para o desenvolvimento, principalmente em situações em que há uma alta relação criança/cuidador, alta rotatividade dos abrigados e/ou funcionários e descontinuidade no atendimento (Rizzini & Rizzini, 2004).

Fonseca (1987, 1993, 1995, 2002), em estudos com famílias brasileiras de nível socioeconômico desfavorecido, observa algumas características quanto à rede de apoio social. Destaca a prática da "circulação de crianças", a qual consiste no fato de uma criança ou adolescente passar parte da infância ou da juventude em casas que não a de seus genitores. Essa prática aponta para a solidariedade existente no próprio grupo familiar, que opera como fonte de apoio externo, destacando a importância da família extensa no sistema de parentesco brasileiro. Outra característica, destacada por Fonseca (1987), consiste na utilização da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) como apoio social. Até os anos 90, no sul do Brasil, o atendimento a crianças e adolescentes abandonados ou afastados de suas famílias por decisões judiciais era realizado em abrigos da Febem, que foi substituída pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul/BR, atendendo especificações do ECA (1990). Frente às situações de desemprego, doença, falta de uma rede de parentesco efetiva ou diante de uma nova união conjugal, muitas mulheres percebiam a antiga Febem como um internato, onde podiam deixar seus filhos, enquanto sua situação estivesse instável. Essa percepção da Febem como internato possibilita considerar a instituição como uma rede de apoio social, que proporciona ajuda externa às famílias em um momento difícil, podendo contribuir para a reestruturação familiar.

Estudos têm apontado diferentes tipos de apoio percebido. Para Wills, Blechman e McNamara (1996), os tipos de apoio mais relevantes para adolescentes são emocional, instrumental e informacional. O apoio emocional é conceituado como disponibilidade de conversar e dividir problemas, estabelecendo uma

relação de confiança. O apoio instrumental está associado à ajuda e à assistência em tarefas, tais como oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares. E por último, o apoio através de informações se refere à disponibilidade de orientação e informação a respeito dos recursos da comunidade. O estudo de Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) leva em consideração as categorias apresentadas por Wills et al., (1996), acrescentando duas novas categorias: apoio afetivo e apoio de interação positiva. O apoio afetivo é aquele apoio fornecido através da demonstração de afeto e amor, como dar um abraço; e o apoio de interação positiva refere-se à possibilidade de obter apoio na realização de atividades em conjunto, como se divertir, fazer atividades agradáveis e distrair-se com alguém.

A rede de apoio social e afetivo tem sido avaliada por instrumentos específicos e através de entrevistas. Entre os instrumentos, destacam-se a Escolta Social (Antonucci & Jackson, 1987), considerada apropriada para a população de rua (Brito & Koller, 1999), e o Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson et al., 1996, adaptado por Hoppe, 1998). Através do Mapa dos Cinco Campos, é possível avaliar a estrutura e a função da rede de apoio de crianças, adolescentes e adultos, observando tanto a quantidade (estrutura) dos vínculos estabelecidos na rede quanto a qualidade (função) dos mesmos. As entrevistas analisam qualitativamente as respostas dos participantes, através de análise de conteúdo. Os estudos de Hoppe (1998) e de Mayer (2002) são exemplos de pesquisas que utilizaram o Mapa dos Cinco Campos, investigando a rede de apoio social e afetivo de crianças de sete a nove anos e suas famílias expostas a situações de risco (Hoppe, 1998) e de meninas vítimas e não-vítimas de violência, com idade entre oito e 12 anos (Mayer, 2002).

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é investigar a percepção de adolescentes, que moram em abrigos, quanto às suas redes de apoio social e afetivo, tendo em vista que se encontram num contexto diferenciado de desenvolvimento. Assim, torna-se importante compreender como se estrutura e funciona a rede de apoio nessas situações, pois pode representar um importante fator de proteção para o adolescente.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 35 adolescentes abrigados, 17 meninas e 18 meninos, com idade entre 11 e 16 anos ($M=13,23$; $DP=1,46$), escolaridade entre segunda série do Ensino Fundamental e primeiro ano do Ensino Médio, que possuíam uma média de 4,43 irmãos ($DP=2,73$). O tempo de permanência desses adolescentes nos abrigos variou de sete a 142 meses ($M=42,97$; $DP=34,59$), em função dos se-

guintes motivos: situação de rua, maus-tratos, negligência e abandono.

A coleta de dados ocorreu em sete abrigos, quatro governamentais ($n=20$), da cidade de Porto Alegre/BR; e três não-governamentais ($n=15$), das cidades de Santa Maria/BR e Viamão/BR. Os quatro abrigos governamentais fazem parte dos abrigos residenciais coordenados pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul/BR. Esse órgão governamental atende crianças e adolescentes em regime de abrigo residencial, de pequeno porte, com uma média de 13 abrigados por residência, contando com uma equipe de monitores, técnicos em educação, psicólogos, entre outros. Além disso, por estarem inseridos na comunidade, utilizam os recursos da mesma, como escola, centros de lazer e a rede municipal de saúde, entre outros.

Dos três abrigos não-governamentais, dois estão localizados na cidade de Santa Maria e um em Viamão. Esses abrigos recebem ajuda financeira de entidades religiosas e doações de empresas e pessoas da comunidade, além de receberem apoio governamental. Um dos abrigos de Santa Maria, do qual participaram cinco adolescentes, atende quase que exclusivamente meninas, recebendo meninos de até cinco anos, no caso de irmãos. É uma instituição pequena, que atende cerca de 22 abrigados, e é dirigido por membros da sociedade, de forma voluntária, contando com uma equipe de 12 funcionários. Os participantes do outro abrigo de Santa Maria ($n=5$) vivem em apartamentos, com cerca de 15 adolescentes com idade a partir de 12 anos, coordenados por um funcionário fixo, que reside junto com os adolescentes. Nessa instituição são oferecidas diversas atividades profissionalizantes, como marcenaria e horta, entre outras. O abrigo não-governamental de Viamão, do qual também participaram cinco adolescentes, é um abrigo misto, composto por três casas com 10 abrigados em cada, com idade entre sete e 15 anos. As crianças e adolescentes que residem nessa instituição são atendidos por monitores, divididos em turnos.

Instrumentos

Nesse estudo, foram utilizados uma entrevista semi-estruturada e o Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson et al., 1996, adaptado por Hoppe, 1998). A entrevista semi-estruturada coletou dados sócio-demográficos dos participantes, constituição familiar, tempo de institucionalização e motivo de entrada no abrigo. Além disso, o participante foi solicitado a responder duas questões: (1) "Qual dessas pessoas, que você citou, você mais pode contar?", e (2) "Que tipo de apoio ela lhe dá?". A primeira questão indica a principal fonte de apoio percebida e a segunda, o tipo de apoio fornecido, sendo realizadas após o término da aplicação do instrumento.

Na adaptação de Hoppe (1998), o Mapa dos Cinco Campos consiste em um quadro de feltro, no qual são fixadas figuras com base de velcro que representam adultos, adolescentes e crianças, de ambos os sexos, representados por tamanhos

e cores diferentes. Nesse quadro, estão desenhados seis círculos concêntricos, que representam os níveis de proximidade do participante, o qual se encontra ao centro; e estão subdivididos em cinco campos: Família, Amigos, Parentes, Escola e Outros Locais. Para a execução dessa pesquisa, foi acrescentado o campo Abrigo, e optou-se por reunir os campos Amigos e Parentes, mantendo os cinco campos, como apresentado na Figura 1.

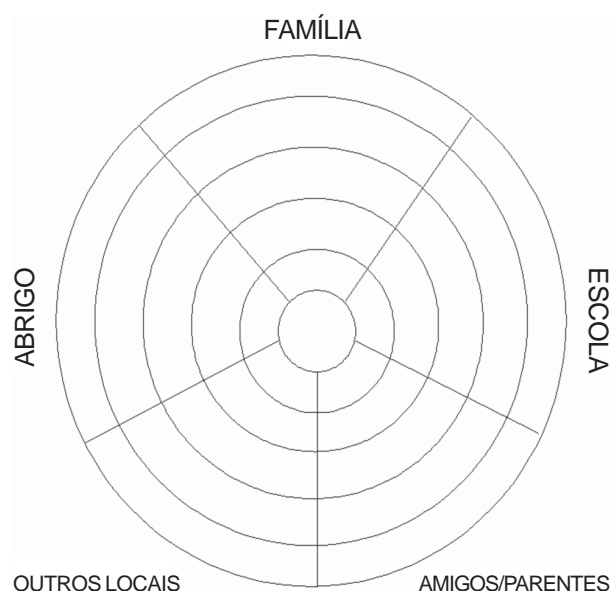


Figura 1. Mapa dos Cinco Campos. (Adaptado de Samuelsson et al., 1996).

O participante é solicitado a colocar as pessoas que fazem parte da sua vida em cada um desses campos, sendo que quanto mais satisfatório o relacionamento é percebido, mais próximo do centro a pessoa será colocada. No quinto nível, o nível mais externo, o participante pode colocar as pessoas com as quais percebe que o relacionamento é insatisfatório. É observada, ainda, a presença de conflitos e rompimentos em cada contato mencionado, em cada campo. A estrutura das redes foi avaliada através do (1) o número total de pessoas por nível de proximidade; (2) por campo; e (3) em toda a rede. A qualidade dos vínculos (função) foi avaliada a partir da (1) colocação das pessoas nos círculos adjacentes ao centro, que representam os níveis de proximidade: o primeiro e o segundo níveis correspondem às relações mais próximas, o terceiro e o quarto níveis correspondem às relações mais distantes, e o último nível (periférico) representam os contatos insatisfatórios; (2) frequência e da média das relações caracterizadas por conflitos e rompimentos; (3) qualidade da relação com as figuras parentais (mãe e pai); e (4) fator de proximidade por campo e total. O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido através da localização

dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante. Para o cálculo desse escore, o número de pessoas colocadas no primeiro nível é multiplicado por oito; no segundo nível por quatro; no terceiro nível por dois; no quarto nível por um e no quinto nível por zero. O somatório desse cálculo é dividido pelo número total de pessoas citadas no campo, para a média de proximidade no campo, ou pelo número total de pessoas citadas no mapa, para a média de proximidade do mapa.

Procedimentos

Esse estudo foi avaliado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/BR e submetido às Diretorias Técnicas dos abrigos para apreciação. Após sua aprovação, o “Termo de Concordância do Abrigo” foi assinado pelas Diretorias, enquanto responsáveis legais pelos adolescentes. Os agendamentos foram realizados junto às coordenadores de cada abrigo, e a coleta de dados ocorreu nos próprios abrigos. Os participantes foram indicados pelos coordenadores, a partir dos critérios de idade e disponibilidade de tempo para participar do estudo. No momento da visita, os adolescentes eram convidados pela pesquisadora, recebendo todas as informações sobre a pesquisa, garantia de sigilo, liberdade de desistir a qualquer momento, dando seus consentimentos de forma verbal. Nenhum adolescente recusou participar do estudo e não houve nenhuma desistência no intercurso da aplicação.

As entrevistas e as aplicações do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson et al., 1996, adaptado por Hoppe, 1998) foram realizadas por uma das pesquisadoras, acompanhada por uma observadora, treinada para o uso do instrumento, que fazia os registros no protocolo. Os instrumentos foram aplicados individualmente, em uma única sessão para cada participante, com uma duração média de 50 minutos.

Resultados

Foram realizadas análises quantitativas e qualitativas dos dados das entrevistas e do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Therlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998). As respostas às duas questões abertas da entrevista foram analisadas a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1979). Em relação ao Mapa dos Cinco Campos, foram executadas, ainda, análises descritivas e inferenciais, observando-se também a variável sexo. Foram levantados o número de contatos satisfatórios, insatisfatórios, conflitos e rompimentos, e também o grau de proximidade.

Em relação à estrutura das redes de apoio, os participantes mencionaram 1143 contatos satisfatórios e 117 contatos insatisfatórios, totalizando 1260 pessoas, com média total de 36 contatos ($DP=12,87$). As meninas citaram um maior número de contatos satisfatórios ($f=632$), insatisfatórios ($f=60$), como também conflitos ($f=134$) e rompimentos ($f=28$), em comparação aos meninos (511; 57;

Tabela 1. *Frequência Total de Contatos por Campo e Sexo*

Campos	Meninos (n=18)	Meninas (n=17)	Total
Família	129	155	284
Escola	133	134	267
Amigos e Parentes	97	113	210
Abrigo	155	219	374
Outros Locais	54	71	125
Total	568	692	1260

96 e 14, respectivamente). Os resultados mostraram que o campo Abrigo possuiu o maior número de contatos. O campo Outros Locais apresentou o menor número de contatos, sendo que três participantes não citaram nenhuma pessoa nesse campo, o que não ocorreu em nenhum outro campo. Ao analisar a frequência total dos contatos por sexo e campo, as meninas novamente citaram um maior número de contatos em todos os campos, como mostra a Tabela 1.

Na análise por níveis de proximidade, foi encontrada uma média de 18,74 contatos ($DP=10,26$) no primeiro nível; 8,63 contatos ($DP=6,87$) no segundo nível; 4,03 contatos ($DP=4,42$) no terceiro nível e 1,26 contatos ($DP=2,09$) no quarto nível. Em todos os níveis, a média de contatos das meninas foi maior do que a média dos meninos, embora sem diferença significativa.

No que se refere à funcionalidade, ou seja, à qualidade das relações estabelecidas na rede de apoio social e afetivo dos participantes, as análises das médias do total dos contatos satisfatórios entre meninos e meninas indicaram diferença significativa, através de um *Teste t de Student* ($t=2,39$; $gl=33$; $p<0,05$), sendo a média das meninas ($M=37,18$;

$DP=11,57$) maior do que a média dos meninos ($M=28,39$; $DP=10,16$). Quanto aos contatos insatisfatórios, a média das meninas foi de 3,53 contatos ($DP=3,26$) e dos meninos foi de 3,17 ($DP=4,29$), sem diferença significativa entre os sexos.

Em relação aos diferentes campos, através de um *Teste t de Student*, as análises das médias de contatos satisfatórios no campo Família e no campo Abrigo apontaram diferença significativa ($t=2,13$; $gl=34$; $p<0,05$), sendo a média dos contatos satisfatórios no Abrigo ($M=9,60$; $DP=5,57$) maior do que a média de contatos satisfatórios no campo Família ($M=7,49$; $DP=3,78$). Foi realizado, ainda, um *Teste t de Student* para verificar as médias dos contatos satisfatórios por sexo em cada campo, que apontaram diferença significativa somente no Abrigo ($t=2,08$; $gl=33$; $p<0,05$), sendo a média das meninas ($M=11,53$; $DP=5,76$) maior do que a média dos meninos ($M=7,78$; $DP=4,87$). A Tabela 2 apresenta as médias de contatos insatisfatórios nos campos e por sexo, indicando que os meninos tiveram mais contatos insatisfatórios na Escola ($M=1,33$; $DP=2,28$) e as meninas, no Abrigo ($M=1,35$; $DP=1,41$).

Quanto aos conflitos, observou-se uma maior frequência no campo Abrigo, sendo que as meninas relataram vivenciar mais conflitos do que os meninos em todos os campos, exceto na Escola, conforme a Tabela 3. O *Teste Não-Paramétrico Mann-Whitney* apontou diferença significativa ($U=78$; $p=0,01$) entre os sexos no total de conflitos no campo Família, sendo que a média no *ranking* foi de 22,41 para as meninas e de 13,83 para os meninos. No que tange aos rompimentos, constatou-se um maior número de rompimentos no campo Família, principalmente para as meninas (Tabela 3).

Tabela 2. *Médias e Desvios-Padrão dos Contatos Satisfatórios e Insatisfatórios por Campo e Sexo*

Campos	Meninos (n= 18)				Meninas (n= 17)			
	Cont. Sat.		Cont. Insat		Cont. Sat.		Cont. Insat	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Família	6,72	2,37	0,44	1,42	8,29	4,81	0,82	1,33
Escola	6,06	3,65	1,33	2,28	7,18	3,75	0,71	0,85
Amigos/Parentes	5,22	3,39	0,17	0,51	6,24	3,67	0,41	0,87
Abrigo	7,78	4,87	0,83	1,34	11,53	5,76	1,35	1,41
Outros Locais	2,61	2,03	0,39	0,85	3,94	2,01	0,24	0,56

Tabela 3. *Frequência de Conflitos e Rompimentos por Campo e Sexo*

Campo	Conflitos			Rompimentos		
	Meninos (n= 18)	Meninas (n= 17)	Total (n= 35)	Meninos (n=18)	Meninas (n=17)	Total (n= 35)
Família	16	42	58	3	11	14
Escola	27	20	47	6	3	9
Amigos/Parentes	13	13	26	0	4	4
Abrigo	37	55	92	2	8	10
Outros Locais	3	4	7	3	2	5
Total	96	134	230	14	28	42

A média do fator de proximidade do Mapa foi de 5,54 ($DP=1,27$), sendo que análises das médias por campo e por sexo não apresentaram diferença significativa. Ainda quanto à funcionalidade da rede de apoio dos adolescentes abrigados, considerou-se importante analisar a qualidade das relações desses com suas figuras parentais. Assim, foram levantadas a frequência e a localização das mães e dos pais no Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson et al., 1996, adaptado por Hoppe, 1998). De acordo com a Tabela 4, quase metade dos participantes (45,71%) citou a mãe no nível mais próximo ao centro, onde estão as pessoas cujos contatos são mais satisfatórios e próximos. Além disso, vale destacar que a mãe não foi citada no quinto nível, nível das relações insatisfatórias, em nenhum dos casos. Entretanto, em 37,14% dos casos, a mãe não foi citada. Uma parcela menor de participantes citou o pai no nível mais próximo (34,28%), e 42,85% deles não citou o pai na sua rede de apoio. Além disso, em quatro casos, o pai foi citado no quinto nível. Sete adolescentes (20%) não incluíram no mapa nenhuma figura parental da família de origem, enquanto 13 (37,14%) incluíram tanto pai quanto mãe, mesmo que em alguns casos os mesmos já tenham falecido ou se separado.

Tabela 4. *Frequência e Percentuais de Citação da Mãe e do Pai por Níveis de Proximidade no Mapa dos Cinco Campos*

Níveis	Mãe		Pai	
	f	%	f	%
Primeiro	16	45,71	12	34,28
Segundo	5	14,28	4	11,43
Terceiro	1	2,85	0	0
Quarto	0	0	0	0
Quinto	0	0	4	11,43
Não foi citada (o)	13	37,14	15	42,85
Total	35	100	35	100

Após a aplicação do instrumento, os participantes foram solicitados a responder duas questões sobre a principal fonte de apoio percebida e o tipo de apoio fornecido. A análise da fonte de apoio (adultos e pares), a partir de um *Teste X²*, indicou uma diferença significativa ($X^2=15,11$; $gl=1$; $p<0,01$), sendo que os adultos foram mais citados (82,9%) do que os pares (17,1%). Foi possível verificar que as principais fontes de apoio mencionadas pelos participantes foram os membros da família (mãe/madrasta, pai e irmãos mais velhos, em 40% dos casos); seguidos pelos monitores, técnicos, funcionários e voluntários dos abrigos (34,30%).

Em relação ao tipo de apoio fornecido, uma análise de conteúdo (Bardin, 1979) foi utilizada, possibilitando a

identificação das três categorias de apoio, semelhantes às propostas por Wills et al. (1996), descritas a seguir:

1. *Apoio Emocional e Afetivo*: englobou respostas que faziam referência ao recebimento de afeto, proteção e assistência. Este apoio é recebido através da confiança, da disponibilidade de ouvir, compartilhar preocupações, medos e compreender seus problemas, como “*liga para o abrigo para saber como estou*”, “*se preocupa comigo*”, “*o que eu conto, não conta para ninguém*”, “*ela faz carinho*” e “*abraça*”.

2. *Apoio Instrumental*: refere-se ao fornecimento de condições que possibilitam que o adolescente atinja algum objetivo. Pode estar relacionado a situações em que a pessoa procurada resolve os problemas pelo adolescente, fornece meios para que este possa resolvê-los sozinho, ou ainda fornece algum tipo de ajuda material. Como, por exemplo, “*me empresta o caderno*”, “*dá dinheiro, dá roupa*”, “*me deu carona*”, “*ajuda a limpar a casa*”, “*me ajuda nos temas*”, “*me ajuda a aprender a ler*”.

3. *Apoio Informacional*: envolve respostas em que há referência ao recebimento de sugestões, conselhos, informações e explicações desejadas, que ajudam o adolescente a sentir-se orientado. A seguir, alguns exemplos dessa categoria: “*me dá conselhos*”, “*conversa*”, “*traz informações sobre meus irmãos*”, entre outros.

As justificativas mencionadas sobre o tipo de apoio fornecido foram categorizadas e avaliadas por dois juízes, resultando em 90% de concordância. Constatou-se que o principal tipo de apoio foi o apoio instrumental, com 42,1%; seguido do apoio emocional e afetivo (33,34%) e do apoio informacional (24,56%). Aqueles participantes que citaram um membro da família como principal fonte de apoio (mãe, madrasta, pai e irmãos), mencionaram como principal tipo de apoio instrumental (40%), seguido do apoio emocional e afetivo (32%) e apoio informacional (28%). Dentre os participantes que citaram as pessoas do abrigo, como diretores, técnicos, monitores ou voluntários, tanto o apoio instrumental quanto o emocional e afetivo foram mencionados em 36,36% das citações, seguidos do apoio informacional (27,27%). Na categoria “outros”, na qual foram incluídos os amigos, professoras, vizinhas adultas, parentes adultos e padrinhos, novamente o principal tipo de apoio foi o instrumental (50%), seguido do apoio emocional e afetivo (30%) e do apoio informacional (20%).

Discussão

Os resultados desse estudo são discutidos de forma a integrar os dados do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson et al., 1996, adaptado por Hoppe, 1998) e da entrevista semi-estruturada e a literatura, enfatizando os campos Família e Abrigo. Esses contextos destacaram-se na análise dos re-

sultados por corresponderem tanto aos campos com o maior número de pessoas quanto aos campos que apresentam contatos mais próximos e com qualidade, além de principais fornecedores de apoio.

A partir dos dados levantados pelo Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson et al., 1996, adaptado por Hoppe, 1998), foram observados, no campo Família, menos contatos satisfatórios e mais rompimentos do que no campo Abrigo. Por outro lado, o campo Família apresentou menos conflitos do que o Abrigo, além de ter se constituído como a fonte de apoio mais citada. É possível compreender que a confiança atribuída às relações familiares ainda existentes seja fruto da idealização desses adolescentes e da vontade de possuir uma família. Essa inferência pode ser atribuída ao elevado tempo de permanência no abrigo e ao número de conflitos relatados. Além disso, a diminuição da convivência dos adolescentes com seus familiares possibilita que os momentos ruins vivenciados no contexto familiar sejam atenuados, fazendo com que essas relações sejam, neste momento, consideradas satisfatórias. Esses dados confirmam os estudos de De Antoni e Koller (2000), Rizzini e Rizzini (2004) e Yunes, Tavares, Arrieche, e Faria (2001), os quais apontam que os jovens abrigados expressam sentimentos positivos relacionados aos familiares, em especial a mãe, refletindo uma supervalorização e idealização da família (Rizzini & Rizzini, 2004), e uma dissociação entre a percepção de “família pensada”, aquela com forte cunho ideacional, e “família vivida”, aquela que se desvela na realidade (Yunes et al., 2001).

O campo Abrigo apresentou-se como contexto principal de desenvolvimento para esses adolescentes, proporcionando novas relações de amizade, ampliando as suas redes de apoio. Isto pode ser constatado a partir do fato de que foi nesse campo que os adolescentes citaram mais contatos satisfatórios, indicando a equipe do abrigo como fonte de apoio de forma expressiva. Além disso, o apoio emocional e afetivo surgiu com a mesma força que o apoio instrumental no campo Abrigo. Esse resultado sugere que o abrigamento está fazendo mais do que somente suprir as necessidades materiais desses jovens, está proporcionando confiança, segurança e a possibilidade de compartilhar sentimentos, operando como um fator de proteção. O estudo de Seger e Dell’Aglío (2003), com meninas adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas em instituição governamental e medida de proteção em abrigos governamentais, indicou, também, que os monitores, funcionários e técnicos dessas instituições foram considerados importantes fontes de apoio, especialmente para as adolescentes abrigadas. O apoio emocional é apontado, na literatura, como o apoio mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa vivenciada, sendo essencial para os adolescentes, que podem perceber que poucas pessoas entendem seus sentimentos (Wills et al., 1996). Assim, pode-

se constatar uma percepção positiva desses adolescentes quanto ao abrigamento, corroborando estudos mais recentes sobre essa temática (Arpini, 2003; Dalbem, 2005; Dell’Aglío, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004).

Os adolescentes pesquisados citaram mais adultos como fontes de apoio do que pares, apesar de a adolescência ser uma fase evolutiva na qual o grupo de pares assume papel fundamental (Aberastury & Knobel, 1988). Entre os adultos, os membros da família foram tão mencionados quanto os monitores, técnicos e funcionários dos abrigos. Outros estudos, com crianças e adolescentes que moravam com suas famílias, também indicaram que a principal fonte de apoio citada foi um adulto – a mãe (Blyth, Hill, & Thiel, 1982; Hoppe, 1998; Mayer, 2002). A busca por adultos indica a importância desses no fornecimento de apoio, tendo em vista que, frente às situações adversas a que os adolescentes estão expostos, os adultos estão mais capacitados para fornecer ajuda material ou resolver problemas. Assim, pode-se compreender que, para os adolescentes desse estudo, a falta ou mesmo a ausência de apoio familiar faz com que o apoio fornecido por outros adultos seja mais valorizado.

A análise qualitativa do tipo de apoio percebido pelos adolescentes indicou que o principal foi o apoio instrumental, ou seja, aquele que fornece algo material ou ajuda quanto à solução de problemas. A partir desse resultado, é possível compreender que o destaque dado ao apoio instrumental está vinculado à privação material que esses jovens possam ter já vivenciado, como também ao modelo assistencial vigente, fornecido pela sociedade e vivenciado pela população menos favorecida. Esse resultado corrobora a pesquisa de Wills et al. (1996), que apontou que o apoio instrumental é particularmente relevante para crianças e adolescentes de nível socioeconômico desfavorecido.

Diferenças entre meninos e meninas surgiram na análise do Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, et al. 1996, adaptado por Hoppe, 1998). As meninas apresentaram um número maior de contatos satisfatórios do que os meninos, em todos os campos, especialmente no campo Abrigo. Essa diferença pode ser atribuída a maior liberdade que as meninas possuem para expressar sentimentos, visto que a identidade masculina é alicerçada sob outras competências, como força, vigor físico e competitividade (Newcombe, 1999; Steinberg, 1993). Além disso, os meninos são socialmente estimulados a não expressar sentimentos, uma vez que isto está associado à fraqueza, por exemplo. As meninas desse estudo apontaram maior média de contatos satisfatórios e de conflitos, sendo essas diferenças significativas. Relatarem também maior frequência de conflitos e rompimentos no campo Família do que os meninos. Na adolescência, as meninas aparecem na literatura como mais vulneráveis ao estresse causado pelas mudanças relacionadas à puberdade, aos conflitos familiares e aos problemas com os amigos (Adams, Overholser, & Spirito, 1994; Steinberg, 1993), po-

dendo explicar a diferença destacada. Além do mais, a falta de apoio familiar é um importante fator de risco (Wills, et al. 1996), sendo inclusive considerada um preditor para depressão (Steinberg, 1993).

Outro resultado importante refere-se ao baixo escore de relações constatado no campo Outros Locais. Esse campo pode representar mais um ambiente, onde o participante também desenvolve atividades e interage com outras pessoas, as quais não estão inseridas nos demais campos do instrumento. Os participantes mencionaram aulas de dança, aulas de esportes, atendimento psicológico, entre outros. No presente estudo, a baixa frequência ou a ausência de pessoas no campo Outros Locais indicou a frágil integração da comunidade na vida desses adolescentes. O ECA (1990) preconiza o direito dos abrigados à participação comunitária, sendo garantida através do acesso aos recursos e às atividades oferecidas pela comunidade, como lazer, esporte, saúde e cultura. Os resultados descritos confirmam os encontrados pela pesquisa de Silva (2004), para a qual esse direito não tem sido cumprido, visto que somente 6,6% dos abrigos pesquisados por essa autora utilizam todos os recursos da comunidade. Além disso, a falta de interação com pessoas de outros microsistemas pode reforçar os aspectos macrosistêmicos relacionados ao abrigamento, que estigmatizam esses adolescentes, considerando-os como possuidores de problemas (Altoé, 1990; Arpini, 2003; Bronfenbrenner, 1979/1996; Rizzini & Rizzini, 2004) e incapazes de interações sociais saudáveis.

Considerações Finais

A partir da análise dos dados levantados, foi possível constatar a importância dos campos família e abrigo na rede de apoio dos adolescentes investigados. Pode-se observar que a família foi mencionada por estes jovens, de forma expressiva, como fornecedora de apoio. Esse dado remete à vinculação ainda existente entre os adolescentes e suas famílias, visto que a maioria ainda tem contato com as mesmas, corroborando os resultados de Silva (2004), referentes ao Levantamento Nacional de Abrigos/BR. Além disso, também alerta para a necessidade de programas bem estabelecidos, que acompanhem os processos de desligamento e de reinserção familiar, efetivando o direito fundamental à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990), para que ocorram de forma planejada, segura e efetiva. Entretanto, na atualidade, somente se observa, no Brasil, iniciativas isoladas de algumas instituições governamentais e não-governamentais, no sentido de promover e garantir esse direito. Assim, torna-se necessária a realização de estudos sobre os pro-

cessos de desligamento institucional e de reinserção familiar, subsidiando a produção de políticas públicas. Essas políticas poderiam objetivar: (1) diminuir o tempo de permanência em abrigos, tendo em vista o elevado período de institucionalização apontado nos diferentes estudos; (2) desenvolver programas de acompanhamento dos processos de desligamento institucional, possibilitando uma reinserção eficaz, através de um período de adaptação e revinculação à família, acompanhado por profissionais habilitados; (3) capacitar e resgatar essas famílias no exercício de sua cidadania, trabalhando práticas educativas adequadas e otimizando, desta forma, as competências das figuras parentais enquanto capazes de desempenhar o papel de cuidadores e educadores; e, (4) investir em programas de profissionalização, qualificação profissional e geração de renda junto aos cuidadores, que possam incrementar sua renda e aumentar a possibilidade de empregos mais estáveis. Essas estratégias funcionariam como recursos que evitariam a institucionalização, e o reingresso no sistema institucional, ao fornecer apoio e fortalecer os elos e as possíveis redes sociais de apoio.

Os adolescentes desse estudo consideram os adultos como a principal fonte de apoio, apesar do valor que os pares assumem nesta fase de desenvolvimento. Dada as situações adversas e a privação material a que esses adolescentes foram expostos, os adultos tornam-se importantes por serem potencialmente mais aptos a fornecerem apoio, em especial, o apoio instrumental. Assim, chama-se a atenção para a necessidade de conscientizar os adultos que convivem com os adolescentes abrigados, sejam da família ou os técnicos, monitores e funcionários dos abrigos, quanto ao papel fundamental que possuem como fornecedores de apoio e como participantes na construção da identidade dos adolescentes. Para isso, tornam-se necessários programas de capacitação que os valorizem enquanto pessoas essenciais que compõem as redes de apoio dos adolescentes abrigados.

Para os adolescentes que vivem nas instituições de abrigo investigadas, o contexto institucional se constitui em um elemento essencial de suas redes de apoio, demonstrando potencial fonte de apoio instrumental, emocional e afetivo, através do estabelecimento de novos vínculos afetivos com adultos e com pares. Esse resultado pode estar relacionado às qualidades específicas dos abrigos participantes, que se caracterizam por atender grupos pequenos de crianças e adolescentes, em um ambiente o mais semelhante possível ao familiar. A configuração dos abrigos estudados, preconizada pelo ECA (1990), não é a regra no Brasil, o qual ainda possui abrigos de grande porte e com atendimento coletivizado. Além disso, há uma carência de estudos nos países Latino-

americanos na área da institucionalização, que forneçam dados sobre a realidade dos abrigos nestes países, ou mesmo sobre a demanda por abrigo. Dessa forma, torna-se necessária a realização de pesquisas, com os abrigos de grande e pequeno porte, governamentais e não-governamentais, com amostras advindas dos diferentes países da América Latina, que apresentem um panorama da realidade das crianças e adolescentes institucionalizados.

Salienta-se, ainda, limitações deste estudo, como por exemplo, o pequeno tamanho da amostra. Um número maior de participantes permitiria o cruzamento de mais variáveis, como o tipo de abrigo, faixa etária, vínculo familiar, motivo do abrigo, entre outros. Estas análises poderiam contribuir para uma maior compreensão da percepção da rede de apoio de adolescentes em situação de institucionalização, já que o abrigo, enquanto contexto de desenvolvimento, é percebido como fonte de segurança e proteção.

Referências

- Aberastury, A., & Knobel, M. (1988). *Adolescência normal*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Adams, D. M., Overholser, J. C., & Spirito, A. (1994). Stressful life events associated with adolescent suicide attempts. *Canadian Journal of Psychiatry*, 39, 43-48.
- Altoé, S. (1990). Internato de menores: Educar para (de)formar? *Fórum Educacional*, 14, 50-76.
- Antonucci, T. C., & Jackson, J. S. (1987). Social support, interpersonal efficacy and health: A life course perspective. In L. Carstensen & B. A. Edelman (Eds.), *Handbook of clinical gerontology* (pp. 291-311). New York, USA: Pergamon Press.
- Arpini, D. (2003). *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. São Paulo, Brasil: EDUSC.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Blyth, D. A., Hill, J. P., & Thiel, K. L. (1982). Early adolescents' significant others: Grade and gender differences in perceived relationships with familial and nonfamilial adults and young people. *Journal of Youth and Adolescence*, 11, 425-450.
- Brito, R., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Dalbem, J. X. (2005). *Características da representação do apego em adolescentes institucionalizados e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5, 347-381.
- Dell'Aglio, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, Brasil.
- Fonseca, C. (1987). O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. *Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde*, 4, 21-39.
- Fonseca, C. (1993). Criança, família e desigualdade social no Brasil. In I. Rizzini (Ed.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp.113-131). Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Universitária Santa Úrsula.
- Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13, 49-68.
- Garnezy, N., & Masten, A. (1994). Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor & L. Herson (Eds.), *Child and adolescent psychiatry* (pp. 191-207). Oxford, UK: Blackwell.
- Hoppe, M. (1998). *Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Masten, A., & Garnezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In B. Lahey & A. Kazdin (Ed.), *Advances in clinical child psychology* (pp. 1-52). New York, USA: Plenum Press.
- Mayer, L. R. (2002). *Rede de apoio social e afetivo e representação mental das relações de apego de meninas vítimas de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Newcomb, M. (1990). Social support and personal characteristics: A developmental and interactional perspective. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 9, 54-68.
- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Pesce, R., Assis, S., Santos, N., & Oliveira, R. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 135-143.
- Ptacek, J. T. (1996). The role of attachment in perceived support and the stress and coping process. In G. R. Pierce, B. R. Sarason, & I. G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and family* (pp. 495-520). New York, USA: Plenum Press.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, Brasil.

- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Samuelsson, M., Thernlund, G., & Ringström, J. (1996). Using the five map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.
- Seger, D., & Dell'Aglio, D. (2003). Redes de apoio social como fatores de proteção na adolescência. [Resumo]. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Ed.), *Resumos de comunicações científicas*, Encontro Nacional da ABRAPSO. Porto Alegre, RS, Brasil: ABRAPSO.
- Silva, E. R. (Ed.). (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea/CONANDA.
- Steinberg, L. (1993). *Adolescence*. New York: McGraw-Hill.
- Wills, T., Blechman, E., & McNamara, G. (1996). Family support, coping and competence. In M. Hetherington & E. Blechman (Eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families* (pp. 107-133). New Jersey, USA: Lawrence Erlbaum.
- Yunes, M. A., Miranda, A. T., & Cuello, S. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.
- Yunes, M. A., Tavares, M. F., Arrieche, M. R., & Faria, L. C. (2001). A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11, 47-56.

Received 05/10/2005

Accepted 24/02/2006

Aline Cardoso Siqueira. Psicóloga graduada pela UFSM-RS, Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq.

Mariana Kraemer Betts. Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

Débora Dalbosco Dell'Aglio. Psicóloga, Doutora em Psicologia (UFRGS), Pesquisadora do CNPq e Professora do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.